

## **FNDC: A conjuntura política do Brasil e os desafios na luta pela democratização das comunicações**

Após um detalhado balanço da luta pela democratização das comunicações conduzida pelo Fórum Nacional Pela Democratização da Comunicação - FNDC ao longo do último período, combinada com o agravamento da situação política do Brasil, compartilhou-se a percepção de que vivemos, atualmente, o estágio mais avançado da história recente do país em termos de degradação do exercício da liberdade de expressão.

Até meados da década, a luta do movimento tinha como foco o estabelecimento de políticas públicas para garantir e ampliar o direito à comunicação do conjunto da população, a partir de uma ação ofensiva e propositiva. Isso se traduzia, inclusive, no objeto e conteúdo de campanhas desenvolvidas até então pelo Fórum e outras entidades da sociedade civil, que incluíam o mote em defesa da regulação democrática do setor, como o Projeto de Lei de Iniciativa Popular da Mídia Democrática, e a luta pela aprovação de medidas que ampliassem direitos (a exemplo do Marco Civil da Internet e da lei de televisão por assinatura).

De forma difusa, no entanto, esse cenário começa a se alterar a partir de um determinado momento, que se evidencia com o crescimento de um processo de cerceamento e tentativas de silenciamento de vozes “dissidentes” dos grandes grupos econômicos de comunicação. É o caso, por exemplo, da perseguição e censura contra blogueiros e ativistas de comunicação digital, além da continuidade da perseguição histórica contra comunicadores populares e comunitários, e realizadores de midialivrismo em geral.

O golpe parlamentar-jurídico-midiático que culminou no afastamento da então presidente Dilma Rousseff, em 2016, foi um passo adiante e decisivo nessa escalada autoritária de violações à liberdade de expressão, que atingia, até então, setores mais marginalizados da mídia, incluindo a própria comunicação pública, a partir do desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), suspensão de verbas oficiais de publicidade de segmentos da comunicação que se posicionaram contra o impeachment, entre outros exemplos. A criminalização da luta política, capitaneada pela mídia hegemônica, de forma geral, teve como foco central os setores de esquerda. Nesse contexto, o lançamento da campanha Calar Jamais!, em 2016, mostrou-se uma ação acertada do FNDC, em termos de leitura de conjuntura e de reposicionamento da entidade frente às características políticas impostas por esse novo momento.

As contradições resultantes desse processo político, no entanto, levaram ao poder central, nas últimas eleições, segmentos de perfil autoritário, elevando esse ambiente de violações difusas à liberdade de expressão a um patamar muito mais perigoso. Agora, trata-se de um processo de ataque à liberdade de expressão totalmente institucionalizado, e que tem como alvo não apenas os segmentos que já eram alvos preferenciais, mas também setores da mídia hegemônica que até então estavam imunes aos ataques. Há um viés de ataque à mídia tradicional que é parte da atuação institucional desse governo, mas também há pelo menos outros dois polos de ataque: criminalização política de movimentos sociais e setores de esquerda e ataques aos setores de educação e da cultura, neste último caso como parte de uma agenda de perseguição ideológica.

Essa clivagem de ataques à liberdade de expressão, que se manifesta de forma visível nessas três dimensões (ataques à imprensa tradicional, criminalização de movimentos e da esquerda e ataques aos setores da educação e da cultura) demandam da sociedade civil uma ação mais contundente de denúncia, mas também de uma ação política mais incisiva, que colabore para neutralizar esses ataques. É nesse contexto e a partir dessa avaliação que o Conselho Deliberativo do FNDC pretende ancorar as ações da entidade ao longo do próximo período. Nos tópicos seguintes, estão descritas as deliberações tomadas com o objetivo de reposicionar a campanha Calar Jamais! para enfrentar esse cenário, bem como a reorganização (e atualização) da pauta temática das comunicações, tendo em perspectiva o Plano de Ação em vigor (aprovada na 21ª Plenária Nacional), além de iniciativas para equacionar a atuação institucional no FNDC frente às dificuldades materiais e administrativas impostas pela conjuntura atual.

2)Reposicionamento da campanha Calar Jamais!, em defesa da liberdade de expressão!

No contexto de revisão estratégica das ações do FNDC, que passou a orientar-se a partir da defesa da liberdade de expressão, foi avaliado como acerto político a criação da campanha Calar Jamais!, que pautou-se, em sua primeira fase, na denúncia sistemática de casos de violações à liberdade de expressão. A escalada daquela conjuntura para um momento ainda mais grave para a democracia do país passou a demandar, no entanto, um reposicionamento da campanha para dar conta da complexidade de fenômenos que atentam contra a liberdade de expressão na atualidade, incluindo uma dimensão de institucionalização desses ataques e sua ampliação contra setores até então imunes à essas agressões.

Nesse sentido, o Conselho Deliberativo do FNDC definiu um conjunto de iniciativas que visam reestruturar a campanha Calar Jamais!, com a definição das medidas imediatas e prioritárias.

Iniciativas básicas:

- Buscar por recursos financeiros e materiais para viabilizar a nova fase da campanha
- Realização do 4º ENDC em 2019, com foco no tema da liberdade de expressão
- Simplificar o discurso, não perder de vista o embate
- Elaboração de Manifesto e lançamento de nova logomarca e slogan da campanha <<< Calar Jamais! Em defesa da liberdade de expressão >>>

As 5 iniciativas prioritárias definidas pelo Conselho Deliberativo:

- Vincular ações da campanha com ações do movimento social (11 votos)
- Envolver veículos da mídia alternativa na cobertura e divulgação da campanha (10 votos)
- Realização de oficinas para subsidiar as entidades sobre o tema da liberdade de expressão (como identificar e combater violações) - (10 votos)
- Lançar a campanha com atos e atividades nos estados e/ou audiências em Assembleias Legislativas ou Câmaras Municipais (8 votos)
- Apresentação da campanha para as entidades do FNDC e para os movimentos sociais

Demais iniciativas, segundo divisão por eixo temático:

## Materiais

- Materiais que analisem ausência ou desequilíbrio de espaço para opiniões divergentes na cobertura de temas de interesse da classe trabalhadora, como a reforma da Previdência (no contexto da defesa da liberdade de expressão como pluralidade de ideias).
- Desenvolvimento de cartilha com orientações sobre como agir em caso de violação à liberdade de expressão.

## Incidência política

- Buscar incidência junto aos conselhos e demais órgãos com participação social.
- Envolver atores do sistema de Justiça, como MP, PFDC, Defensorias Públicas, OAB, CNJ, entre outros.

## Ações

- Mapear advogados/as que atuam com o tema da liberdade de expressão (defesa contra violações) e promover aproximação com a campanha.
- Produzir o 2º relatório sobre violações à liberdade de expressão da campanha Calar Jamais!
- Definir protocolos para recebimento e eventual encaminhamento de denúncias de violações recebidas.
- Reativar o canal de denúncia da campanha Calar Jamais! na internet.
- Identificar formadores de opinião para divulgar, difundir e massificar a campanha.
- Buscar diálogo com veículos da mídia tradicional sobre o tema da liberdade de expressão e a campanha Calar Jamais!
- Buscar articulação com coletivos e entidades que atuam em defesa da liberdade de expressão.

3) Reorganização da ação política do FNDC: definição de agendas prioritárias

Com base no Plano de Ação ([http://www.fndc.org.br/download/plano-de-acao-do-fndc-aprovado-na-21-plenaria-nacional/plenarias\\_doc/785012/arquivo/tese-plano-de-ac-a-o-21-plenaria-fndc-2018-final.pdf](http://www.fndc.org.br/download/plano-de-acao-do-fndc-aprovado-na-21-plenaria-nacional/plenarias_doc/785012/arquivo/tese-plano-de-ac-a-o-21-plenaria-fndc-2018-final.pdf)), aprovado na 21ª Plenária Nacional, em 2018, o Conselho Deliberativo do FNDC buscou sistematizar um conjunto de prioridades a partir de três eixos temáticos: a) radiodifusão, comunicação comunitária, mídia livre e alternativa; b) telecomunicações e internet; e c) comunicação pública. A partir de uma sistematização geral feita pela Coordenação Executiva, definiu-se um conjunto de 8 agendas/ações prioritárias para o próximo período.

Agendas prioritárias do FNDC:

- Manter a defesa do caráter multissetorial do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) e estimular que entidades do FNDC participem do colégio eleitoral do CGI.br, como forma de fortalecer ainda mais sua legitimidade.

- Realizar ação de formação sobre o MCI em articulação com o tema da liberdade de expressão, reforçando o entendimento sobre o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

- Fortalecer a relação, via Comitês Regionais, com as TVs públicas e educativas estaduais em defesa do caráter público e desenvolver possibilidades de articulação institucional.

- Lutar pelo fortalecimento de mídias alternativas e comunitárias nos estados e municípios, principalmente naqueles onde há governos progressistas e mais sensíveis a essa demanda.

- Criação de um GT para aprofundar o debate, no âmbito do FNDC, sobre políticas para a radiodifusão comunitárias (convidar organizações que atuam no campo).

- Seguir acompanhando e denunciando as irregularidades na expedição e exploração das concessões de rádio e televisão, bem como dos arrendamentos e do controle de emissoras por políticos.

- Denunciar violações contra comunicadores comunitários e midialivristas, inclusive no âmbito de conselhos estaduais e municipais de direitos humanos,

bem como na própria campanha Calar Jamais! e outras iniciativas correlatas do FNDC.

- Defender o caráter público da EBC, denunciando o seu desmonte e lutar pelo seu fortalecimento como projeto público.

Sistematização de agendas divididas por eixo temático:

a) Radiodifusão, comunicação comunitária, mídia livre e alternativa

- Seguir acompanhando e denunciando as irregularidades na expedição e exploração das concessões de rádio e televisão, bem como dos arrendamentos e do controle de emissoras por políticos. (Prioritário)

- Criação de um GT para aprofundar o debate, no âmbito do FNDC, sobre políticas para a radiodifusão comunitárias (convidar organizações que atuam no campo). (Prioritário).

- Atuar em favor da publicação de um novo PNO para rádios comunitárias em territórios tradicionais, quilombolas, indígenas e assentamentos da reforma agrária.

- Acompanhar PLs que tratam de aumento de potência, permissão para publicidade comercial e ampliação de até três canais de rádio por município.

- Levantar e sistematizar informações sobre o andamento do processo de distribuição dos Canais da Cidadania e buscar incidir a favor de um PNO para esses canais.

- Levantar e sistematizar informações sobre a ocupação do canal comunitário DTH.

- Seguir denunciando a concentração de verbas oficiais de publicidade em poucos grupos e regionalizar essa pauta, a fim de garantir políticas públicas de desconcentração desses recursos e incentivo à pluralidade de vozes, fomentando a aprovação de leis estaduais e municipais nesse sentido.

- Denunciar violações contra comunicadores comunitários e midialivristas, inclusive no âmbito de conselhos estaduais e municipais de direitos humanos, bem como na própria campanha Calar Jamais! e outras iniciativas correlatas do FNDC. (Prioritário).

#### b) Telecomunicações e internet

- Em relação ao PLC 79, que tramita no Senado, propor e articular a organização de um debate sobre a proposta no âmbito da Campanha Banda Larga é um Direito Seu.

- Articular, junto à Coalizão Direitos na Rede, a realização de uma audiência conjunta com o ministro do MCTIC, para tratar dos problemas envolvendo a questão do satélite geoestacionário de defesa e comunicações estratégicas.

- Manter a defesa do caráter multissetorial do Comitê Gestor da Internet (CGI.br) e estimular que entidades do FNDC participem do colégio eleitoral do CGI.br, como forma de fortalecer ainda mais sua legitimidade. (Prioritário).

- Em relação ao tema da proteção de dados pessoais, acompanhar o debate em torno da MP 869 (que cria a Autoridade Nacional de Proteção de Dados), estimular o debate sobre a LPDP nos comitês e realizar uma ação de formação sobre a lei para entidades e comitês do FNDC.

- Combater os ataques ao Marco Civil da Internet (MCI), incidindo diretamente sobre os PLs em andamento sobre o assunto.

- Combater a instalação da CPI das redes sociais.

- Realizar ação de formação sobre o MCI em articulação com o tema da liberdade de expressão, reforçando o entendimento sobre o artigo 19 da Declaração Universal dos Direitos Humanos. (Prioritário)

- Estimular que entidades do FNDC também participem e ajudem a construir a Coalizão Direitos na Rede.

- Ajudar as entidades do FNDC a realizarem ações de formação e oficinas sobre segurança na internet e vigilância digital.

#### c) Comunicação pública

- Defender o caráter público da EBC, denunciando o seu desmonte e lutar pelo seu fortalecimento como projeto público. (Prioritário).

- Avaliar junto a partidos políticos a viabilidade de judicialização, por meio de uma Adin, da MP que alterou a lei de criação da EBC, reduzindo seu caráter público.

- Redução de danos: avaliar junto aos trabalhadores da EBC e incidir em favor da constituição do Comitê de Programação, criado após mudanças na Lei da EBC (em 2016), mas nunca regulamentado.

- Fortalecer a relação, via Comitês Regionais, com as TVs públicas e educativas estaduais em defesa do caráter público e desenvolver possibilidades de articulação institucional. (Prioritário).

- Lutar pelo fortalecimento de mídias alternativas e comunitárias nos estados e municípios, principalmente naqueles onde há governos progressistas e mais sensíveis a essa demanda. (Prioritário).

#### 4) Reorganização do FNDC: propostas de atuação institucional

Os integrantes do Conselho Deliberativo organizaram uma dinâmica de avaliação da atual situação financeira, administrativa e institucional do FNDC, que tem vivido uma fase de reformulação interna diante das limitações econômicas e de um processo conjuntural e estrutural de desmobilização de entidades e comitês em torno da pauta. A partir do levantamento e identificação de diversos problemas relacionados a questões organizativas, financeiras e políticas, foram sistematizadas as seguintes propostas gerais:

- Usar a campanha Calar Jamais! para atrair, reativar e estimular a participação das entidades filiadas e dos próprios comitês regionais.



- Estimular a realização de eventos e atividades estaduais e regionais.
  
- Solicitar que entidades mantenham links da página do FNDC em seus portais na internet e que procurem replicar os conteúdos produzidos pelo Fórum.
  
- Estimular a participação de entidades mesmo sem contribuição financeira, com possibilidade de contribuição em termos de serviços ou ação específica.
  
- Solicitar que as entidades nacionais estimulem suas entidades regionais a também se filiarem ao FNDC.
  
- Divulgação da campanha permanente de regularização cadastral e financeira e por novas filiações ao Fórum.
  
- Divulgação mais ampla da plataforma de doações avulsas ao FNDC.
  
- Buscar regionalizar a pauta do FNDC nos estados, como forma de ampliar a mobilização das entidades locais, a partir de pautas concretas;
  
- Estimular que os Comitês se organizem em colegiados e definam responsáveis pela gestão do Sistema de Filiados.
  
- Mobilizar nossa pauta a partir das universidades.
  
- Desenvolver cursos e eventos pagos para arrecadação de recursos.
  
- Buscar diálogo institucional com entidades afastadas e cobrar regularização por parte das entidades com pendências financeiras.
  
- Pensar no desenvolvimento de uma campanha institucional do FNDC (o que é o Fórum? Pelo que lutamos?).

Reunião do Conselho Deliberativo, São Paulo, 16 e 17 de fevereiro de 2019.

Secretaria Executiva.